



O GOLPE DE 2016 E A REFORMA TRABALHISTA

NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA

COORDENADORES

Gustavo Teixeira Ramos
Hugo Cavalcanti Melo Filho
José Eymard Loguercio
Wilson Ramos Filho

ORGANIZADORES

Fernanda Giorgi
João Gabriel Lopes
Thiago Agostinho
Valeir Ertle

INSTITUTO DEFESA DA
CLASSE
TRABALHADORA

Projeto Editorial
PRAXIS



CLACSO

COORDENADORES

**Gustavo Teixeira Ramos
Hugo Cavalcanti Melo Filho
José Eymard Loguercio
Wilson Ramos Filho**

ORGANIZADORES

**Fernanda Giorgi
João Gabriel Lopes
Thiago Agostinho
Valeir Ertle**

O GOLPE DE 2016 E A REFORMA TRABALHISTA

NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA

INSTITUTO DE DEFESA DA
CLASSE
TRABALHADORA

LBS
ADVOGADOS
Loguercio • Basso • Surlan

RM
ROBERTO CALDAS
MAURO MENEZES
BASTOS

ASOCIACION LATINOAMERICANA DE JUECES DEL TRABAJO
ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DOS JUÍZES DO TRABALHO

Projeto Editorial
PRAXIS



CLACSO

canal6 editora
1ª edição 2017
Bauru, SP

Coordenador do Projeto Editorial Praxis
Prof. Dr. Giovanni Alves

Conselho Editorial

Prof. Dr. Giovanni Alves (UNESP) Prof. Dr. Ricardo Antunes (UNICAMP)
Prof. Dr. José Meneleu Neto (UECE) Prof. Dr. André Vizzaccaro-Amaral (UEL)
Prof. Dra. Vera Navarro (USP) Prof. Dr. Edilson Gracioli (UFU)



GRUPO DE PESQUISA
**HISTÓRIA, MUNDO JURÍDICO E CULTURA:
REPRESENTAÇÕES, VIOLÊNCIAS E MORTE**

Grupo de pesquisa formalizado em conjunto com o Curso de Direito das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (Uniguaçu) e com o Curso de História da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de União da Vitória. O grupo tem por finalidade a produção de um debate interdisciplinar que vise a investigação e o funcionamento das relações entre agentes sociais jurídicos, individuais e de grupos, bem como suas representações nos mais variados documentos da cultura e nas mais diversas dimensões da produção cultural, exercício das violências, hierarquias, proteção jurídica, atitudes diante da morte e do direito trabalhista/social.

Ilustração da capa

“Lágrimas de Sangre”, Oswaldo Guayasamín (1973)
Fundación Guayasamín, Quito, Ecuador.

G628 O golpe de 2016 e a reforma trabalhista: narrativas de resistência /
Gustavo Teixeira Ramos et al. (coords.). — Bauru: Canal 6, 2017.
391 p. ; 23 cm. (Projeto Editorial Praxis)

ISBN 978-85-7917-418-6

1. Brasil - Direito constitucional. 2. Impeachment - Brasil.
3. Reforma trabalhista. 4. Consolidação das leis do trabalho –
Reformas. I. Ramos, Gustavo Teixeira. II. Melo Filho, Hugo Cavalcanti.
III. Loguercio, José Eymard. IV. Ramos Filho, Wilson. V. Título.

CDD 341.67

Projeto Editorial Praxis
Free Press is Underground Press
www.canal6editora.com.br

LEITURA NECESSÁRIA EM TEMPOS DIFÍCEIS (A NECESSARY READING FOR DIFFICULT TIMES): RESENHA DA OBRA “O NEUROLIBERALISMO E A ÉTICA DO MAIS FORTE”¹

José Carlos Moreira da Silva Filho²

A ideia central apresentada pelo neologismo “neuroliberalismo”, proposto pelos autores deste livro excepcional, é a de que o poder, a desigualdade, a opressão e a injustiça praticados pelo atual estágio do capitalismo global convivem com a ausência do seu ocultamento sem maiores problemas. Isto é, não são mais necessárias as utopias emancipatórias tecidas pelo liberalismo, por mais hipócritas que possam ser. Nem mesmo a democracia se torna necessária, passando a ser apenas algo eventualmente tolerado, que poderá ser afastado por imperativos econômicos. Diante desse quadro surge prontamente a seguinte indagação: como é possível sustentar-se tal nível de cinismo sem que haja a revolta da grande maioria por ele subjugada? Responder a este enigma é um dos propósitos centrais desta obra.

O neuroliberalismo indica a absoluta introjeção individual do modelo de sociedade esculpido pelo mercado, no qual os elos comunitários são vistos como abstrações ou vapores inconsistentes. A liberdade é descrita e concebida a partir de uma terceirização radical a cada indivíduo de todas as consequências relacionadas ao seu próprio bem-estar. Sabe-se de antemão que não sobrar bem-estar suficiente para todas as pessoas (ao contrário do que apregoava um dos limites estabelecidos por John Locke para o exercício do direito de propriedade, por mais irreal e contraditório que tal limite possa revelar no conjunto da sua obra³), que o mundo fatalmente resultará em pessoas exitosas e pessoas fracassadas, que o “fracasso” pode inclusive significar a morte de crianças por inanição, a miséria de milhões e o extermínio de outros milhões. Mas mesmo sabendo-se disto, as pessoas continuam agindo como se não houvesse outra alternativa, como se tal nível de “fracasso” fosse inevitável e inerente à própria condição da sociedade humana, como se qualquer outra possibilidade fosse, além de

- 1 Esta resenha foi originalmente publicada como prefácio da obra em sua edição brasileira: BIAGINI, Hugo E.; PEYCHAUX, Diego Fernández. *O neuroliberalismo e a ética do mais forte*. Tradução de Antonio Sidekum. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2016. 246p. ISBN: 978-85-89379-99-1.
- 2 Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS; Ex-Vice-Presidente da Comissão de Anistia do Brasil.
- 3 SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. John Locke. In: BARRETTO, Vicente (coord.). *Dicionário de filosofia do Direito*. São Leopoldo: UNISINOS; Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 541-545.

irreal, potencialmente pior. Assim, para essa fantasia fatalista o modelo do mercado é a alternativa menos pior, a que melhor conseguiria distribuir o máximo de bem-estar possível e qualquer outra alternativa não passaria de um delírio com cores autoritárias.

O neoliberalismo é a inoculação ideológica produzida pelo neoliberalismo em todos os espaços de convivência social. A opressão capitalista não está mais concentrada nas fábricas e nos presídios, ela se torna difusa, deslocando-se dos lugares totais, e tornando-se onipresente. Cada um deve se tornar o empresário de si mesmo, explicam os autores aludindo ao conceito de “capital humano”, a política dá lugar à “cidadania gerencial”, a preocupação de ser um “bom trabalhador”, manter o emprego, ascender profissionalmente, ser mais atento do que os outros, viver em constante estado paranóico tentando prever as crises e oportunidades futuras, ocupa todos os espaços e momentos da vida, na empresa, na família, no lazer, nas ruas. Erige-se uma “ética gladiatória”, apta a transformar qualquer trabalhador que saiba vencer na arena do mercado em dirigente de alguma megacorporação, embora se saiba desde já que tal Olimpo está destinado a poucos.

O neoliberalismo apegase a uma fantasia cínica, pois mesmo diante de tantas evidências quanto à desigualdade, miséria e mortes provocadas por um modelo de sociedade calcado em valores egoístas, individualistas, hostis à solidariedade, ao combate à injustiça social e à priorização do respeito e efetivação dos direitos humanos, continua-se assumindo que tal modelo é o mais apto para prover o bem-estar de todos.

A tal carga de cinismo, devemos acrescentar o medo de ser excluído do mercado, de ser transformado em algo totalmente inútil e obsoleto, afinal em uma sociedade de consumo qual importância tem aquele que não pode consumir? É quase uma versão secularizada do medo cristão de ir para o inferno, e cuja responsabilidade é, em último caso, sempre individual. Ainda junto com tal medo, alimentando esse cinismo e oriunda das próprias fundações modernas, eu acrescentaria que está uma insensibilidade amnésica. Walter Benjamin foi quem melhor identificou a proximidade entre fascismo e progresso⁴. Quando nossos sonhos de futuro e nossos esforços imaginativos no campo da ética e da organização política da sociedade estão voltados tão somente para as futuras gerações e para a abstração de uma idade de ouro a ser recuperada abrimos a vala para a aceitação da barbárie.

A modernidade trocou a justiça pela igualdade⁵, isto é, trocou a memória da injustiça pela imagem de uma sociedade de iguais, imagem assumida na ideia de um contrato social ou na do livre mercado. Em nome do progresso, se admitem as mortes e a violência que podem ser geradas por ele, tudo passa a ser justificado como custo

4 BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política* – ensaios sobre literatura e história da cultura – Obras escolhidas I. 7.ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. [Obras Escolhidas; v.1]; MATE, Reyes. *Meia-Noite na História* - comentários às teses de Walter Benjamin sobre o conceito de história. Tradução de Nélcio Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

5 MATE, Reyes. *Memórias de Auschwitz* – atualidade e política. Tradução de Antonio Sidekum. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2005.

necessário. O que é computado como custo ou consequência incontornável da “realidade” imediatamente entra no véu da invisibilidade e da despersonalização, vira, quando muito, um número, uma estatística, que logo some na fugacidade.

Vivemos como nunca na continuidade de um marco temporal linear, no qual só subsiste o presente desconectado com o passado, cada vez mais dissociado de um compromisso de futuro. O tempo se apresenta como a justaposição de instantes independentes, nos quais reedita-se monocordicamente a possibilidade do gozo total, a insistência na negação da falta constitutiva dos sujeitos e de suas identidades⁶. No cenário de um *vale tudo* como esse, a imagem do tempo linear, científico e asséptico atinge o seu ápice⁷. O passado se apresenta apenas como “o que já passou”, sem que sobreviva sequer o interesse pelas histórias e estórias guardadas nos arquivos e nos museus, pois domina a sensação de que não há tempo a perder na presentificação do gozo, o que, paradoxalmente, traz uma crescente sensação de falta de tempo.

Nesse palco, a ação humana é sem memória, ela se inscreve no mesmo registro da sociedade de consumo, mimetizando a criança que mal desembrulha o presente novo e já sonha com o próximo, relegando os brinquedos abertos às pilhas de caixas mal acomodadas no armário. Na sociedade de consumo, os bens são descartáveis e o prazer que podem proporcionar tende a se esgotar tão logo sejam adquiridos, cedendo lugar à compulsão de buscar mais itens a serem consumidos. O tempo acaba se preenchendo totalmente com essa corrida ao prêmio que sempre desloca o ponto de chegada para o futuro imediato⁸.

O neoliberalismo traduz um cenário ainda mais árido que o do liberalismo tradicional já que não acena mais com qualquer preocupação de futuro, seja social, seja ecológica. Se antes o futuro era uma miragem hipócrita sustentada pela anulação da memória política, hoje não há mais interesse sobre o futuro. De certo modo, o estágio neoliberal concretiza o que já estava esboçado na lógica moderna do progresso. Falar de justiça e igualdade sem considerar a memória da injustiça, da violência e da barbárie, é construir um modelo teórico fantasioso e hipócrita que nada pode fazer diante da crescente violação de direitos fundamentais em todo o mundo⁹.

6 MELMAN, Charles. *O homem sem gravidade* – gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

7 SOUZA, Ricardo Timm de. *Alteridade & pós-modernidade* – sobre os difíceis termos de uma questão fundamental. In: SOUZA, Ricardo Timm de. *Sentido e alteridade* – dez ensaios sobre o pensamento de Emmanuel Levinas. Porto Alegre: PUCRS, 2000. p.147-187.

8 Conforme já registramos em outra publicação: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *Justiça de Transição* - da ditadura civil-militar ao debate justicista - direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. p. 54.

9 Oportuno recordar aqui o célebre registro de Hannah Arendt: “O conceito de direitos humanos, baseado na suposta existência de um ser humano em si, desmoronou no mesmo instante em que aqueles que diziam acreditar nele se confrontaram pela primeira vez com seres que haviam realmente perdido todas as outras qualidades e relações específicas - exceto que ainda eram humanos. O mundo não viu nada de sagrado na abstrata nudez de ser unicamente humano” (ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo* -

Pensar nos filhos e netos sem acolher as narrativas de lutas e sofrimentos dos pais e avós é adotar um pressuposto amnésico que justifica, invisibiliza e mimetiza a devastação causada em nome do progresso, e que também inviabiliza retomar o espírito de resistência e a mirada daqueles que falavam e agiam desde uma outra possibilidade de sociedade. Por esta feição amnésica da modernidade, torna-se ainda mais fácil acomodar-se a uma imagem cínica de sociedade, tão própria do neoliberalismo. A memória já está adestrada a não reter a imagem e as narrativas das populações relegadas à margem e às ruínas da história, sabe-se que há a exclusão, mas isto não chega a doer muito, já que as nossas atenções foram adestradas para não se ocuparem com isto por muito tempo.

O livro de Hugo Biagini e Diego Fernández Psychaux, cuja edição brasileira tenho a honra de apresentar, tem o grande mérito de descrever o neoliberalismo de maneira didática, envolvente e denunciante, apoiando-se nas obras de autores clássicos do liberalismo, como John Locke e Adam Smith, nos papas do neoliberalismo, como Friedrich Hayek, Ludwig von Mises, Robert Nozick e Milton Friedman, de autores clássicos do socialismo, como Karl Marx, Louis Althusser e Antonio Gramsci, em autores absolutamente instigantes e necessários para pensar o tempo presente, como Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Slavoj Žižek, Franz Hinkelammert, Judith Butler, Giles Deleuze, Tzvetan Todorov, Peter Sloterdijk, David Harvey e Ernesto Laclau e em autores que trazem à baila a necessária dimensão periférica e, mais particularmente latino-americana, tais como Raul Fornet-Betancourt, Juan Espinosa, Leopoldo Zea, Carlos Fuentes, Arturo Andrés Roig, Francisco Bilbao, Atilio Boron e Julio Cortázar.

Identifico ainda, dentre tantos méritos desse importante livro, um em particular. A obra vincula claramente as primeiras experiências neoliberais às ditaduras civis-militares que assolaram a América Latina na segunda metade do século passado, ponto também desenvolvido no excelente posfácio escrito por Jorge Vergara Estévez a propósito da experiência neoliberal piloto de Pinochet. O que chama ainda mais a atenção é a vinculação apologética dos teóricos neoliberais com regimes políticos autoritários, sendo lugar comum o enaltecimento das ditaduras latino-americanas ocorridas nos anos 60 e 70 como meios necessários para assegurar o que eles chamam de “liberdade”. Se há algo claramente distinto em relação ao liberalismo clássico é que no neoliberalismo e em sua cosmovisão neoliberal a democracia deixa de ser algo necessário e relevante e passa a ser um luxo tolerável, desde que não atrapalhe o funcionamento do mercado, um mercado cada vez mais monopolista, com o mundo possuído pelas grandes corporações.

Nessa lógica, a construção de políticas públicas de memória e o aprofundamento dos marcos da justiça de transição são verdadeiros entraves, visto que repudiam veementemente os regimes autoritários e o seu séquito de torturas, mortes e cassação das liberdades públicas. Para o neoliberalismo não pode haver espaço para este tipo de

anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p.333).

memória, ela pode recomendar outra fórmula, outras prioridades distintas daquelas indicadas pelo capitalismo financeiro global e pelas grandes corporações que manipulam as suas regras, a memória da violência, do arbítrio e da injustiça pode atizar outra ética, diferente da gladiadora, pode demandar justiça.

No momento em que escrevo esta apresentação não pude deixar de perceber o quanto a esperança entrevista em uma e outra passagem do livro quanto aos ciclos populares dos recentes governos latino-americanos parece hoje diminuída pelo franco retorno da hegemonia neoliberal. Não é que na Argentina dos Kirchner ou no Brasil de Lula e Dilma o neoliberalismo estivesse neutralizado, mas sua hegemonia era claramente contraposta pelo genuíno esforço institucional e social de consolidar uma esfera pública de garantias, direitos e memórias, de consolidar o combate à desigualdade social como uma prioridade de Estado, não apenas de governo.

O que vemos hoje na Argentina é a chegada ao poder de Mauricio Macri, um protótipo neoliberal, inclusive mencionado no livro a partir da sua experiência como prefeito de Buenos Aires. Mas enquanto na Argentina a chegada ao poder foi pela via democrática (ainda que azeitada pela seletividade judicial), no Brasil a Presidenta Dilma Roussef sofre um golpe de Estado disfarçado de “impeachment”, sob acusação de prática de crime de responsabilidade sem que haja comprovação e nem mesmo indício de alguma conduta típica relacionada à espécie. Um golpe branco, praticado pelas vias legislativas e judiciais, mas que claramente viola as cláusulas democráticas da Constituição Federal de 1988¹⁰. No momento em que escrevo esta apresentação a Presidenta está afastada para que o seu julgamento ocorra no Senado¹¹, mas consolidando-se ou não este golpe fica evidente que o seu foco e a sua arquitetura foram urdidos sob a tutela neoliberal.

O Vice-Presidente Michel Temer, que conspirou e ajudou a desferir este golpe, não esperou um dia sequer para implementar o ideário neoliberal, com o início do desmonte das políticas sociais, a extinção de Ministérios e Secretarias ligados aos Direitos Humanos, o encaminhamento de propostas legislativas para diminuir os gastos públicos com educação e saúde, o aumento de ações repressivas e criminalizadoras de movimentos sociais, o incremento de pautas de privatização e de terceirização do trabalho, a mudança da política externa para uma posição mais alinhada e subalterna aos Estados Unidos, entre outras incríveis práticas e medidas já iniciadas mesmo em caráter de interinidade e sem qualquer legitimidade democrática. Ao que tudo indica, mesmo o pouco que se passou a distribuir através de políticas de renda mínima

10 Remeto à primeira publicação sobre o golpe praticado no Brasil em 2016, que reúne diversos pequenos textos, de mais de 100 juristas, acadêmicos e intelectuais, entre os quais me incluo, que dissecam os mais diferentes aspectos desse golpe: políticos, jurídicos, econômicos e históricos. CITTADINO, Gisele; PRONER, Carol; RAMOS FILHO, Wilson; TENEMBAUM, Márcio (Orgs.). *A Resistência ao Golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.

11 Pelo procedimento regulado nos casos de impeachment, após o encaminhamento ao Senado da denúncia pela Câmara dos Deputados, o Presidente é afastado por até 180 dias para que seja julgado no Senado Federal, e nesse ínterim assume o Vice-Presidente na qualidade de Presidente interino.

e afirmativas e mesmo as ainda incipientes políticas de fortalecimento dos Direitos Humanos que obtiveram espaço nessa década popular, não mais podem ser toleradas pelo grande capital, que, frise-se, não deixou de ganhar, e muito, nesse período.

Os golpes parlamentares ou judiciais na América Latina, operados no Paraguai, em Honduras e agora no Brasil (com a Venezuela sob constante pressão para tomar o mesmo rumo), retratam os novos tempos neuroliberais, nos quais a democracia vai se evaporando e se desfigurando, nos quais o caráter difuso da opressão, das injustiças e das desigualdades contamina plenamente as próprias instituições democráticas retirando delas o seu ingrediente político, libertário, emancipador, e até mesmo jurídico, já que a própria técnica jurídica se elastece ao sabor das conveniências do mercado, sacrificando até mesmo as cláusulas pétreas constitucionais.

Este livro ajuda a entender que tais medidas anti-democráticas, concentradoras de renda, arbitrárias e golpistas deflagradas na América Latina podem estar combatendo nem tanto o resultado concreto obtido com as políticas populares da última década, mas talvez o rombo simbólico que elas representam na distopia neuroliberal, afinal para ela é decisivo que as pessoas e o mundo que subjagam não possam mais sonhar com um outro mundo possível, que nem sequer cogitem outra possibilidade. Mas é nessa fresta que reside a verdadeira liberdade, e por esta fenda que a política poderá renascer como espaço de emancipação. É preciso libertar o olhar e o pensamento para além da falsa liberdade permitida pelo cânone neuroliberal. Manter aberto esse rasgo é decisivo, talvez seja a tarefa de resistência mais importante no momento, e para a qual este livro, composto a quatro mãos, contribui significativamente. Leitura necessária em tempos difíceis!